

**ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

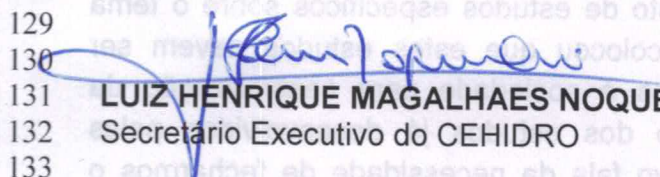
Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às XXh XXmin no Auditório José Barbuíno Curvo da Universidade Federal de Mato Grosso ocorreu a 23ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata da 66ª Reunião Ordinária; 2. Comparação PROGESTAO B para C; 3. Capacitação PROGESTÃO; 4. Informes; 5. Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli assessorado por Lorena Nicochelli Pascotto e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. João Benedito Pereira leite Sobrinho, representante da SEPLAN; Sra. Andressa Ferreira Ribeiro, representante da SEDEC; Sr. José Antônio de Castro leite Nogueira, representante da SECITEC; Sra. Denise Portes Duarte, representante da SECID; Srs. Joselir Gomes da Silva Júnior e Fernando de Carvalho Bittencourt, representantes do IBAMA; Sra. Margarida Marchetto, representante da UFMT; Sra. Rosidelma Francisca Guimarães Santos, representante do CREA/MT; Sra. Sara Suely Attilio Caporossi, representante da ABES; Sr. Eliel Alves Ferreira, representante dos Comitês; Sr. Waldri Teles de Ávila, representante da SINGTUR/MT; e o Sr. Claudionor Angeli, representante da COOPEAMAT. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, agradeceu a presença de todos e colocou que o objetivo de realizar esta reunião é para a apresentação das metas estaduais pactuadas no PROGESTÃO e o comparativo entre a tipologia B do Contrato de 2013 e as tipologias B e C do próximo ciclo do PROGESTÃO elaborado pela analista de meio ambiente Sibelle Christine Glaser Jakobi. O Secretário Executivo ainda informa aos conselheiros um e-mail recebido da Agência Nacional de Águas desobrigando o Estado a no próximo ciclo do PROGESTÃO passar para a tipologia C. Em seguida a Sra. Sibelle Jakobi iniciou a apresentação das metas de gerenciamento estaduais, explicando que as metas tem relação com a complexidade da gestão dos recursos hídricos, estando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso atualmente no nível B, indicando uma gestão de média complexidade. A Sra. Sibelle Jakobi colocou aos conselheiros as variáveis institucionais, de planejamento, de informação e suporte e as operacionais, salientando as mudanças feitas pela Agência Nacional de Águas na quantidade de variáveis entre um ciclo e outro. A conselheira Sara Caporossi questionou a variável Fiscalização e se a Secretaria de Estado de Meio Ambiente já atende de forma contínua a fiscalização na regularização do uso da água acrescentando também que as reuniões do CEHIDRO são para contribuições e para que os conselheiros auxiliem no fortalecimento da Secretaria. A Sra. Sibelle Jakobi respondeu ao questionamento dizendo que a SEMA já atende ao nível por desenvolver a fiscalização através de setor competente para este fim e que ainda não há um planejamento na Secretaria para a fiscalização à parte do processo de licenciamento. A Conselheira Sara Caporossi também questiona se o princípio do Poluidor-Pagador tem relação com a variável 4.3 denominada Cobrança e o Secretário Executivo responde que esta variável se relaciona com o Instrumento de Gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos sendo a Cobrança pelo

41 uso da água. A Sra. Sibelle Jakobi deu continuidade à apresentação das variáveis e concluiu
42 que o PROGESTÃO aumentou a exigência de atendimento das variáveis para a tipologia B, e
43 se apresenta mais viável para o Mato grosso neste momento se manter nesta tipologia, uma
44 vez que temos pleno conhecimento da nossa capacidade de atuação e das reais
45 possibilidades de se elevar o nível de gestão neste momento, salientando que se o Estado
46 adotasse a Tipologia C provavelmente teria dificuldades para atender aos requisitos e
47 acabaria por ter um repasse financeiro maior, ponderando ainda que o fato de informarmos a
48 ANA que adotaremos a Tipologia B não impede da SEMA atuar de forma a atender os
49 requisitos exigidos para a Tipologia C. Após o término da apresentação o Secretário
50 Executivo ponderou que a alteração da tipologia de B para C não depende de questões
51 meramente técnicas e que após uma análise de viabilidade a Secretaria opta por permanecer
52 na tipologia B, bem mais exigente no novo ciclo do PROGESTÃO, mas não deixando de fazer
53 aquilo que estiver ao alcance para continuar evoluindo na sua complexidade de gestão. O
54 Secretário Executivo ainda salienta que para levar a Política de Recursos Hídricos para uma
55 gestão mais forte é necessário ter uma agenda da água forte no Estado e implementar ações
56 que não dependem apenas da Secretaria Executiva ou da Superintendência de Recursos
57 Hídricos, e sim de uma estrutura política. O conselheiro Joselir Gomes ponderou que a
58 impressão que teve ao ler o material e a impressão que carrega das reuniões anteriores é que
59 a importância dada a qualidade da outorga de água superficial vem sobrepondo a água
60 subterrânea, o que é detectado também na deficiência de estudos em águas subterrâneas e
61 questiona se as metas a cumprir apresentadas nas tipologias são os planos da
62 Superintendência para os próximos anos. O Conselheiro Waldir Ávila questiona a decisão da
63 CTAS sobre o teste de bombeamento e o Secretário Executivo responde que o teste de
64 bombeamento será mantido no momento da renovação da outorga. O Secretário Executivo
65 falou da visão de gestão da Superintendência de Recursos Hídricos colocando que estão
66 procurando fazer uma gestão conjunta de água superficial e água subterrânea. A analista
67 Lilian Apoitia explica que a ANA não faz muitos estudos voltados à água subterrânea porque
68 esta é domínio do Estado, no entanto, a SURH está priorizando a realização de um importante
69 estudo que é a confecção do mapa hidrogeológico que está em fase de articulação. O
70 conselheiro Joselir Gomes acrescentou a sua preocupação com o necessário cumprimento da
71 Resolução CNRH nº 92/2008, que estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção
72 e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro, que o CEHIDRO poderia fazer
73 alguma ação para que ela seja cumprida de forma integral, pois uma vez que isso aconteça,
74 acontecerá o fortalecimento da água subterrânea no Estado. O Conselheiro Joselir Gomes
75 ainda acrescenta que a outorga de poços no Estado sofre com a falta de informações técnicas
76 que dariam apoio à decisão e questiona qual será o plano de ação da SURH diante dos
77 impasses mencionados. O Secretário Executivo apresenta as propostas da SURH, como a
78 confecção do mapa hidrogeológico, e a elaboração de estudos específicos sobre águas
79 subterrâneas, além da proposta de envio de encaminhar à CTAS temas específicos para
80 serem tratados e regulamentados por meio do CEHIDRO. A Sra. Sibelle Jakobi acrescenta

81 que a SURH pretende trabalhar para alcançar a tipologia C e que as metas do PROGESTÃO
82 são como um norte, mas que a SURH não se restringirá a elas. O Conselheiro Joselir Gomes
83 propôs que a SURH apresente na próxima reunião o que está sendo feito e o que será feito
84 pela SEMA no ato de outorga que demonstra o cumprimento da Resolução 92/2008. O
85 Conselheiro Eliel Ferreira comentou que compondo em alguns comitês de bacias
86 hidrográficas as companhias de saneamento com cem por cento de abastecimento fornecido
87 utilizando-se a água subterrânea como matéria-prima e sugere que haja uma conversa com
88 essas companhias a fim de viabilizar o financiamento de estudos específicos sobre o tema
89 águas subterrâneas. O Conselheiro Álvaro Leite colocou que estes estudos devem ser
90 trazidos para dentro do Conselho e externalizados à sociedade para sensibilização da
91 população e dos políticos e sugere a utilização dos estudos já desenvolvidos pelas
92 universidades e promotorias. O Secretário Executivo fala da necessidade de fecharmos o
93 painel de apresentação das metas propostas no PROGESTÃO e os conselheiros aprovam a
94 Resolução nº 94 de 16 de maio de 2017, que trata da aprovação pelo CEHIDRO das metas
95 estaduais pactuadas no PROGESTÃO referentes à tipologia B. O Secretário Executivo
96 prossegue a reunião citando que na reunião passada foi colocado que a PGE enviou um
97 processo a respeito de áreas úmidas com questionamentos ao Conselho e a Plenária definiu
98 que não ia se pronunciar a respeito do tema enquanto não fossem finalizadas as discussões
99 sobre o assunto, e informou que foi feita uma resolução contendo as definições deste
100 Conselho, que será trazida na próxima reunião. A respeito da aprovação da Ata da 76º
101 Reunião do Conselho, o Conselheiro Fernando informa que faltou a palavra abstenção. O
102 Secretário Executivo informa ainda a respeito da reunião do Grupo de Acompanhamento do
103 Plano da Região Hidrográfica do Paraguai, a ser realizada dia 25 de maio de 2017, trabalho
104 em conjunto da ANA, MT e MS, e informa que recebeu dois documentos, um da FORMAD
105 solicitando a reavaliação por parte do Conselho para a realização de novas indicações nas
106 categorias Pesca e Agricultura Familiar e outro da FEPECA em que eles informam que não
107 se sentiram representados na vaga da Aquicultura, exigindo a própria vaga de representação
108 no GAP. O Secretário Executivo ainda acrescenta que a Resolução do CNRH é clara quando
109 diz que quem determina ou nomeia é o CEHIDRO, decisão esta questionada por essas
110 instituições, e reitera que é uma questão para os conselheiros irem pensando sobre como vão
111 se posicionar. A Conselheira Sara Caporossi pergunta a respeito do Conselho de Pesca e se
112 há alguma abertura ainda para representação e foi orientada pelo Secretário Executivo a
113 contatar a Secretária Executiva do CEPESCA, Gabriela Priante. Para finalizar a pauta, o
114 Secretário Executivo informa sobre o Programa de Capacitação a ser desenvolvido pela
115 SEMA por meio do PROGESTÃO, como público alvo o Sistema Estadual de Gerenciamento
116 de Recursos Hídricos e solicita que os representantes dos Comitês e Conselheiros sugiram
117 temas e especificidades para os cursos que serão elaborados. Avisa ainda que a SURH
118 estará recebendo as propostas de forma abrangente o Sistema Estadual de Gerenciamento
119 de Recursos Hídricos. Os conselheiros se comprometem a responder a esta solicitação.
120 Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a

121 reunião às 17h 05min e eu, Lorena Nicochelli, lavrei esta ATA que será assinada pela
122 Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos—
123 CEHIDRO.

124
125 **MAUREN LAZZARETTI**
126 Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental
127 Presidente em Substituição do CEHIDRO
128

129
130 
131 **LUIZ HENRIQUE MAGALHAES NOQUELLI**
132 Secretário Executivo do CEHIDRO
133